

# TURBULÊNCIAS NO MERCADO DE TRABALHO NO PERÍODO 1985-90

Helena P. Rubini Soffiatti\*

Este artigo constitui um esforço de interpretação dos dados sobre o ajuste do mercado de trabalho a partir de 1985. O período 1985-90 é caracterizado por violentas e rápidas mudanças conjunturais, com várias tentativas de estabilização econômica. Em fevereiro de 1986, foi implementado o Plano Cruzado, passando-se pelo "Cruzadinho", em julho do mesmo ano, até o Cruzado II, em novembro. Em junho de 1987, veio o Plano Bresser, que visava conter o processo inflacionário e preservar o crescimento econômico alcançado em 1986. Em janeiro de 1989, o Governo Sarney, através da implementação do Plano Verão, tenta sua última estratégia de acerto econômico para controlar a já crônica instabilidade monetária. No entanto, a exemplo das demais, essa estratégia também se revela ineficiente no combate ao processo inflacionário. Em 1990, essas expectativas de acerto são transferidas ao plano econômico do Governo Collor, o qual visava conter o processo de hiperinflação em curso. Passados sete meses de implantação do Plano Brasil Novo — que resultou no bloqueio

dos ativos financeiros e na queda de demanda, emprego e salário —, a equipe econômica ainda trabalha no sentido de neutralizar os agentes alimentadores da inflação, na busca da estabilidade econômica.

Tendo em conta esse cenário, marcado por idas e vindas na política econômica, é que se pretende interpretar o comportamento do mercado de trabalho. Em termos de Paraná, devem também ser agregadas as oscilações da agricultura, que influenciam efetivamente os rumos da economia estadual.

Inicialmente, parte-se do pressuposto de que o ajuste do mercado de trabalho urbano nacional, em períodos repletos de oscilações conjunturais, pode se dar através do aumento dos vínculos empregatícios à margem da legislação brasileira, do aumento do desemprego e de perda salarial.

Entretanto, uma análise cuidadosa dessas variáveis permite constatar que o pressuposto não pode ser tomado quando se trata do ajustamento do mercado de trabalho como um todo, e se aplica apenas no que se refere ao aumento do desemprego e à perda salarial. As variáveis revelam igualmente que ao se diversificar o uso de informações

comparativas, visando aferir o seu comportamento interno, conclui-se que os resultados apontam para um aumento de contratação sem vínculo empregatício. O comportamento das partes, então, nem sempre se iguala ao do todo.

No Brasil, por exemplo, de acordo com a PNAD, os empregados com carteira de trabalho assinada representavam 56,5% em 1985 e 58,7% em 1988. Conseqüentemente, as contratações sem carteira se reduzem ao longo do período de 43,5% para 41,3%. Mesmo considerando-se apenas o emprego urbano, uma vez que na agricultura a grande maioria das contratações ignora o vínculo empregatício, a relação se mantém, mas com participações relativas mais elevadas.

Esses mesmos dados desagregados por ramo de atividade indicam que a indústria de transformação, os serviços auxiliares da atividade econômica, a administração pública e outras atividades invertem essa relação, ou seja, passam a contratar mais pessoas sem vínculo empregatício, vindo a confirmar aquele pressuposto, particularmente para esses setores (tabela 1).

\*Técnica do IPARDES

TABELA 1 - EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NO BRASIL E PARANÁ - 1985-1987-88

(Em %)

RAMO DE ATIVIDADE	BRASIL			PARANÁ		
	1985	1987	1988	1985	1987	1988
Agricultura	17,2	20,4	20,5	13,9	14,6	18,5
Indústria de Transformação	83,1	84,0	83,0	83,3	87,3	84,6
Indústria da Construção	55,9	52,4	56,9	69,5	69,0	68,3
Outras Atividades Industriais	81,5	80,4	79,0	97,4	89,1	84,9
Comércio de Mercadorias	71,5	70,5	72,8	80,7	76,3	80,3
Prestação de Serviços	32,5	35,1	36,1	29,1	33,0	34,4
Serv. Aux. da Atividade Econômica	76,2	77,0	73,9	70,0	69,4	77,1
Transporte e Comunicação	82,9	82,8	83,9	91,2	84,3	83,8
Social	61,4	61,5	61,3	72,3	74,2	74,5
Administração Pública	51,6	54,2	52,3	66,1	69,7	65,3
Outras Atividades	90,2	88,3	86,1	95,1	93,5	90,7
TOTAL Geral	56,5	58,2	58,7	56,5	58,9	61,8
TOTAL (exclusive agricultura)	64,5	64,8	65,0	68,4	69,5	69,8
TOTAL sem carteira	43,5	41,8	41,3	43,5	41,1	38,2

FONTE: IBGE

OBS.: 1986 não foi incluído pela sua atipicidade

Para completar o período, fez-se uso dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que estima a taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas,\* concluindo-se que é verdadeira a assertiva de que o ajustamento do mercado de trabalho se fez à revelia de vínculos empregatícios preestabelecidos. Assim, de junho de 1989 a junho de 1990, a taxa de crescimento dos empregados com carteira de trabalho assinada permaneceu estagnada, enquanto os sem carteira cresceram a uma taxa de 3,4% a.a. Para um período mais reduzido, janeiro a junho do corrente ano, a relação empregados com e sem carteira de trabalho assinada é ainda mais crítica, à medida que os primeiros registraram decréscimo de 0,8% ao mês e os demais evoluíram à taxa de 1,7% ao mês.

Outra característica importante de ajuste se refere à evolução do desemprego. De acordo com a PME, a mais alta taxa de desemprego aberto, 5,63%, ocorreu em 1985, declinando no ano seguinte para 3,76%, elevando-se novamente, em 1987, para 4,43%. Nos dois anos seguintes, a tendência foi de baixa, 3,90% e 3,37%, encerrando-se o período com a elevada taxa de 4,90%, resultante do número de pessoas desocupadas (858.925).

## O ajuste do mercado de trabalho aos planos de estabilização econômica se deu em detrimento do trabalhador.

Quanto à evolução dos níveis de rendimento do trabalhador, a pesquisa do DIEESE/SEAD indica que, desde a implantação do Plano Cruzado, até julho de 1987, as perdas médias dos assalariados se situaram em torno de 44%, ou seja, na época, os salários correspondiam a pouco mais

da metade do que valiam em 1986.<sup>1</sup> Ainda, segundo a mesma fonte, em relação ao rendimento médio de 1985, os assalariados acumularam no trimestre julho/agosto/setembro de 1989 uma perda de 23%.<sup>2</sup> Mais recentemente, contrariando expectativas de grande parte dos eleitores do Presidente Collor, também os rendimentos médios dos assalariados foram reduzidos. Segundo a PME, o rendimento real das pessoas ocupadas e dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada caiu em todas as regiões metropolitanas consideradas na pesquisa. Da mesma forma, a pesquisa de maio de 90 do DIEESE/SEAD indica que os rendimentos médios reais dos ocupados e assalariados da grande São Paulo reduziram-se em 5,8% e 8,2%, respectivamente. O movimento de queda vem sendo registrado desde janeiro de 1990.

Dessa forma, pode-se aferir que o ajuste do mercado de trabalho aos planos de estabilização econômica se deu em detrimento do trabalhador. Porém, as expectativas com relação às novas regras ditadas, e que passaram a vigorar em março com a edição do Plano Collor, revelam que esse ajuste pode mostrar sua face mais perversa a persistir o atual quadro recessivo e inflacionário.

Em nível regional, nem sempre o panorama se iguala ao nacional, dadas as particularidades de cada estado. Esse é o caso do Paraná, especificamente com o agravante da carência de indicadores para medir o desemprego, nos moldes da PME, ou mesmo do DIEESE/SEAD. O único indicador atualizado trata da movimentação de mão-de-obra, indicando o saldo das admissões e desligamentos do mês com uma defasagem aproximada de sessenta dias ou mais.

Conforme apontado, o período em questão é marcado por idas e vindas na política econômica nacional, e é principal-

<sup>1</sup>PREÇOS e salários na fase de flexibilização: quem sai perdendo? *Boletim DIEESE*, São Paulo, v.6, p.3, set. 1987.

<sup>2</sup>CAMINHOS do mercado de trabalho. *Boletim DIEESE*, São Paulo, v.8, p.5, dez. 1989.

mente a partir do segundo quinquênio dos anos 80 que a economia estadual passa a absorver parte dos reflexos negativos desse movimento, reduzindo o ritmo de industrialização e desenvolvimento econômico. Os dados sobre a evolução do PIB estadual apontam nesse sentido. O setor secundário vem perdendo participação relativa na composição do PIB, de 30,0% em 1980 para 24,6% em 1987. Da mesma forma, o setor agrícola não consegue recuperar, nos anos 80, a posição alcançada na participação do PIB em 1970, devido à instabilidade dos resultados obtidos no decorrer de 80 e à política econômica adotada pelo governo federal. Já o setor terciário é o único a aumentar sua participação na composição do PIB estadual, de 50% em 1980 para 55,0% em 1987.

Nesse cenário, e seguindo o mesmo raciocínio desenvolvido para o Brasil, tem-se, inicialmente, a evolução dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada e se constata que o ajustamento do mercado de trabalho no Paraná, nesse período, não se deu através do aumento dos vínculos empregatícios à margem da legislação vigente. Ao contrário, se, em 1985, 56,5% dos empregados possuíam carteira de trabalho assinada, em 1988 esse percentual atinge 61,8% (ver tabela 1). Entretanto, ao se desagregarem as informações por ramos de atividade, verifica-se que esse ajuste difere do geral, chegando a inverter o enunciado acima, indo de encontro ao observado a nível de Brasil. Esse é o caso da construção civil, de outras atividades industriais e dos transportes e comunicações, que passam a incluir em seus quadros funcionais um maior número de trabalhadores em vínculo empregatício. Na indústria de transformação, essa situação irregular na contratação da mão-de-obra se dá somente em 1988. Em relação à administração pública, fica difícil caracterizar aumento de quadro sem vínculo, uma vez que convivem formas diversas de contratação que incluem o estatutário, celetista e prestação de serviços.

Na verdade, essa perda de empregados com carteira de trabalho assinada no secundário não chega a surpreender, à medida que o setor adentrou os anos 80 com ritmo de investimento inferior ao da década passada. O terciário, ao contrário, vem priorizando a contratação de empregados com carteira, em especial na prestação de serviços e nos serviços auxiliares de atividade econômica. No comércio de mercadorias e nas atividades sociais, a participação relativa se mantém praticamente constante.

Com relação à evolução dos rendimentos salariais, fica impossível quantificar ganhos ou perdas, dada a inexistência de estatísticas. Todavia, a considerar a mesma trajetória observada para o Brasil, acredita-se que no Paraná o caminho tenha sido similar, ou seja, as perdas igualmente se acumularam ao longo do período.

Cabem ainda algumas considerações sobre o processo de ajustamento do emprego paranaense nos últimos três anos, tendo como referência a movimentação mensal de mão-de-obra. A princípio, supunha-se que o ajustamento se daria com o aumento

\* Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

dos empregados desligados. Entretanto, o que se constatou foi a redução de novas admissões e de demissões, sendo que as primeiras sofreram, em apenas um ano, uma redução de 4,2% a.a. e os desligamentos apenas 3,5% a.a., resultando numa variação líquida negativa de 20.297 empregos para o primeiro semestre do corrente ano (tabela 2). Ou seja, muito embora os dados apontem para a redução na rotatividade de mão-de-obra nos últimos três anos, não se pode desprezar a alta proporção na diminuição de novas contratações, que leva igualmente a uma redução automática no número de dispensas.

Esses dados gerais escondem, entretanto, os diferentes comportamentos entre os setores econômicos, não permitindo identificar quais possibilitaram certo equilíbrio do emprego num contexto que é caracterizado como de desaquecimento. No decorrer de 1988, foram os serviços (em especial) e a indústria de transformação que imprimiram certo dinamismo ao mercado de trabalho, respondendo por 70,8% dos 35.245 empregos criados. Em 1989, o comércio passa a integrar essas atividades, mas o ano se encerra com uma movimentação líquida de 25,8%, inferior à do ano anterior, sendo que a maior variação negativa se deu na construção civil, seguida da administração pública. Já 1990, início de nova década, não trouxe nenhum alento ao trabalhador, que teve reduzidas suas possibilidades de ocupar os espaços estruturados do mercado de

trabalho, à medida que a oferta já decrescente em 1989 se mantém negativa no presente ano em praticamente todas as atividades econômicas.

A questão que se levanta é a seguinte: a que alternativas de emprego recorrem as pessoas marginalizadas do segmento formal e aquelas em idade de ingressar no mercado de trabalho? Recorrem certamente ao informal – tradicional amortecedor do desemprego em períodos de crise econômica –, em busca de alternativas de sobrevivência. No entanto, não se pode superestimar a capacidade de absorção desse seg-

mento, pois a recorrência ao informal tem limites, à medida que pode comprometer o rendimento das pessoas já engajadas nesse segmento, inviabilizando a manutenção e/ou aumento do número de trabalhadores.

Nesse sentido, questiona-se igualmente o papel do estado na adoção de mecanismos institucionais que garantam o emprego, elevem os salários reais e mantenham uma política eficaz de seguro desemprego, como forma de garantir, no mínimo, o atendimento às necessidades sociais básicas dos trabalhadores e seus familiares.

TABELA 2- MOVIMENTAÇÃO DO EMPREGO, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1988-90  
(Em unidades)

RAMOS DE ATIVIDADE	ADMISSÕES			DESLIGAMENTOS			VARIAÇÃO DO EMPREGO		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990*
Extrativa Mineral	3.107	2.609	1.199*	2.975	2.848	1.343	132	(239)	(144)
Indústria de Transformação	171.790	170.687	73.767	163.169	157.885	81.401	8.621	12.802	(7.634)
Serv. Industriais	2.132	1.626	746	1.654	1.499	627	478	127	119
Utilidade Pública	103.220	75.393	35.016	100.990	81.397	41.492	2.230	(6.004)	(6.476)
Construção Civil	145.173	147.876	65.904	141.220	138.795	71.25	3.953	9.081	(5.350)
Comércio	215.830	212.877	96.905	199.495	198.059	99.652	16.335	14.818	(2.747)
Serviços									
Administração Pública	21.537	19.798	11.881	15.580	25.299	9.992	5.957	(5.501)	1.889
Agropecuária	10.562	12.940	8.111	12.039	11.709	7.720	(1.477)	1.231	391
Outros	4.540	6.014	2.227	5.524	6.179	2.572	(984)	(165)	(345)
TOTAL	677.891	649.820	295.756	642.646	623.670	316.053	35.245	26.150	(20.297)

FONTE: Lei 4923/65 - MTb

\*Até junho